

O corpo doente: coronavírus e a crise do contrato social

The sick body: coronavirus and social contract crisis

Luiz Maurício Bentim da Rocha Menezes¹

¹ Doutor em Filosofia (UFRJ), pós-doutorado em História Política (UERJ). Professor de Filosofia Política, Ética e Filosofia da Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

RESUMO: Na introdução de seu livro *Leviathan*, Thomas Hobbes elabora uma precisa analogia entre corpos, sendo o Estado um corpo político semelhante ao corpo natural. Para isso, o Estado possuiria uma vida artificial análoga à vida natural que permitiria o seu próprio movimento artificial. Com o surgimento do neoliberalismo no século XX, temos uma intensificação das regras do mercado sobre o poder político, o que levou inevitavelmente a ruptura com o contrato social que garantia direitos para toda população. Aproveitando a pandemia de covid-19, vamos retomar a analogia hobbesiana entre o corpo natural doente e a doença que aflige o corpo político: a sedição. A partir desta analogia, o intuito deste trabalho é analisar a maneira como o vírus afetou não só os corpos físicos com a doença, mas, principalmente o corpo político.

Palavras-chave: Covid-19; Hobbes; Corpo Político; Contrato Social; Liberalismo; Filosofia Política.

ABSTRACT: In the introduction to his book *Leviathan*, Thomas Hobbes draws a precise analogy between bodies, being the State a body politic similar to the natural body. Thus, the State would have an artificial life analogous to the natural one that would allow its own artificial movement. With the rise of neoliberalism in the twentieth century, there is an intensification of the market rules over the political power, which inevitably lead to the rupture with the social contract that guaranteed rights for the entire population. In face of the covid-19 pandemic, we shall return to the Hobbesian analogy between a sick natural body and the disease that afflicts the body politic: the sedition. Based on this analogy, the aim of this work is to analyze the way in which the virus affected not only the physical bodies with the disease, but mainly the political body.

Keywords: Covid-19; Hobbes; Body Politic; Social Contract; Liberalism; Political Philosophy.

INTRODUÇÃO

O mundo está passando por uma crise. Esse é o primeiro alarde que queremos fazer com a nossa comunicação. Mas não é só uma crise viral como muitos podem pensar. No cerne desta crise viral existe uma crise estrutural muito maior que afeta o Estado tal qual o conhecemos. É sobre isso que queremos tratar neste trabalho. A crise causada pelo novo coronavírus (covid-19) vem gerando grande preocupação às pessoas devido a velocidade com a qual a doença se espalhou e vem causando mortes. O contágio ganhou dimensões globais em 2020 e não demorou muito para que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarasse que vivíamos uma forte pandemia em todo o mundo. Aos poucos cidades, estados e países começaram a fechar suas fronteiras e a restringir a locomoção das pessoas, recomendando, ou até mesmo decretando, que as pessoas fiquem em casa para evitar a disseminação do vírus entre as pessoas, em uma tentativa de achatar a curva de contaminação.

Tais medidas foram determinantes para limitar o livre-comércio, afetando seriamente a economia dos países e os dogmas liberais anteriormente defendidos. Isso levou ao crescente aumento de mensagens nas redes sociais sobre o coronavírus, muitas dessas são fake news, o que prejudica

muito o conhecimento sobre a pandemia que nos assola. Entre pesquisas científicas reais, falsas pesquisas, tratamento indevido, teorias conspiratórias etc., muita coisa tem sido dita sobre o vírus. Ainda há muita discussão com relação às medidas impostas pela maioria dos governos. Os principais chefes de Estado determinaram o confinamento como a medida mais segura para evitar um agravamento do número de casos da doença, o que poderia facilmente saturar o sistema de saúde dos países e levar milhares à morte. O vírus causa insuficiência respiratória e, em casos mais graves, pode ser necessário o uso de respiradores para manter as pessoas infectadas vivas. Por outro lado, as medidas de emergência podem ser interpretadas como exageradas e acima da necessidade exigida. Dessa forma, os governantes poderiam ser acusados de se aproveitarem da crise viral para instaurar um Estado de exceção em seus governos, de maneira a limitar a liberdade de seus cidadãos e impor medidas preventivas em favor do coletivo contra o indivíduo.

Na introdução de seu livro *Leviathan*, Thomas Hobbes elabora uma precisa analogia entre corpos, sendo o Estado um corpo político análogo ao corpo natural. Para isso, o Estado possuiria uma vida artificial, assim como o coração uma espécie de mola, os nervos seriam cordas, as juntas seriam como rodas que imprimiriam o movimento mecânico, o corpo político também teria o seu próprio movimento artificial. Segundo Hobbes,

a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo (pelos quais, atados à sede da soberania, todas as juntas e todos os membros se movem para cumprir o seu dever) são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e prosperidade de todos os membros individuais são a força; *Salus Populi* (a segurança do povo) é sua tarefa; os conselheiros, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a memória; a equidade e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde, a sedição é a doença; a guerra civil é a morte. Por último, os pactos e convenções mediante as quais as partes deste *Corpo Político* foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele *Fiat*, ao façamos o homem proferido por Deus na criação. (HOBBS, 2008, p. 11-12)

Vamos aproveitar a pandemia de covid-19 para retomar a analogia hobbesiana entre o corpo natural doente e a doença que aflige o corpo político: a sedição. O coronavírus é apenas o estopim de uma grande crise social que vem progredindo ano após ano devido às medidas neoliberais adotadas pelos governos ocidentais. Esse é o motivo pelo qual a doença do corpo político só vem se agravando e levando a ruptura com o contrato social. Em nosso artigo, vamos analisar os problemas gerados pela ação neoliberal ao contrato social que levaram ao adoecimento do corpo político e de que maneira isso ficou mais claro com a implementação do estado de emergência global causado pelo novo coronavírus.

COVID-19 E A CRISE DO CONTRATO SOCIAL

De princípio, diríamos que estamos vivendo uma nova crise do individualismo liberal retratado no neoliberalismo atual. No entanto, não vemos nenhuma luta organizada pela destruição do capitalismo. No fundo, acreditamos que o capitalismo sairá fortalecido dessa crise e com os seus valores acentuados. Apesar da derrocada do Mercado, o assunto na economia ainda é salvar as empresas. Uma espécie de darwinismo econômico está em ação. Deve-se salvar aqueles que forem mais viáveis, economicamente falando. Em outras palavras, uma seleção econômica, em que ficam os mais aptos para a economia global. Vidas não tem valor em outro sentido para esse sistema.

Entretanto, não podemos simplesmente readaptar a rotina do trabalho e dizer que "tudo vai ficar bem", pois tudo mudou e não será mais o mesmo desde então.

Em editorial de 03 de abril de 2020, o *Financial Times*, jornal publicado no Reino Unido, disse que o “vírus expõe a fragilidade do contrato social”. Defende com isso uma maior intervenção do Estado na economia e medidas que possam assegurar o bem-estar da população, reduzindo as desigualdades geradas pela pandemia. E conclui:

Reformas radicais - invertendo a direção política predominante das últimas quatro décadas - precisarão ser colocadas sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda; os privilégios dos idosos e ricos em questão. As políticas até recentemente consideradas excêntricas, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar na mistura. (THE EDITORIAL BOARD, 2020)

O contrato social, em resumo, é a teoria que defende que há um contrato primordial entre governantes e governados em uma espécie de poder fundador do Estado. A teoria do contrato social teve forte recepção no pensamento filosófico moderno e podemos atribuir à filosofia política de Hobbes o amadurecimento e disseminação dessa teoria de grande contribuição para o pensamento político posterior. Partindo de um problema do direito natural, Hobbes irá identificar a vontade ilimitada de poder nas paixões humanas e a disputa constante entre os homens no estado de natureza. Será partindo dessa observação que ele verá a necessidade de um poder superior que regule essas paixões. O Estado é fruto desse poder, que terá sua gênese na paixão do medo da morte violenta, existente em todos os homens. Visto isso, será o medo que levará os homens a cederem seus poderes (direito a todas as coisas) através de um contrato que irá permitir a formação desse poder maior que é o corpo político (Estado). Estabelecido o contrato, caberia ao Estado Soberano a garantia da vida das pessoas através do estabelecimento dos direitos e deveres dos cidadãos. Para Hobbes, Estado é o mais perfeito artifício criado pelo homem e representa a união de todos os homens juntos. Sua criação, apesar de não ser natural, se faz por analogia à natureza. Enquanto os homens possuem corpos físicos dados pela natureza, o Estado é um corpo político criado a partir da arte humana (Hobbes, 2008, p. 112). Faz-se a necessidade de se determinar os meios para a constituição da sociedade civil.

Os fundamentos, para a construção do corpo político, se dão através de um pacto de todos os homens com todos os homens para a formação de um terceiro, isto é, o soberano. O pacto não é feito entre o povo e o soberano, pois as pessoas não possuem nenhuma unidade para serem chamadas de ‘povo’ antes da existência da sociedade, assim como, o soberano só passa a existir depois do pacto. O soberano, portanto, não faz parte do pacto, pois foi formado a partir deste, e, devido a isso, não tem de responder pelo pacto que foi formado. O soberano é a representação do corpo político e o seu poder é chamado de *poder soberano* e este consiste no poder e na força que cada um dos membros lhe transferiu por meio do pacto (HOBBS, 2010, p. 76). O poder soberano tem três principais características:

(i) ele é irrevogável – nenhum dos contratantes do pacto pode revogá-lo, pois uma vez que todos cederam seus direitos ao soberano, somente ele teria o poder para destituir o corpo político.

(ii) ele é ilimitado – o poder soberano é o maior poder que os homens podem atribuir a outros homens. O poder é absoluto porque se outro poder o limitasse, o soberano seria o poder limitador e não o limitado.

(iii) ele é indivisível – pelo mesmo motivo o poder soberano não pode ser dividido, pois seria uma maneira de limitá-lo.

As leis civis baseiam-se nas leis naturais, leis estas que conduziriam ao pacto instaurador do Estado como poder soberano. A justiça como um quesito da moralidade é derivada do requerimento moral de procurar a paz. A justiça é considerada um requerimento moral porque a transferência de direitos é um meio de fazer a paz, e direitos são transferidos através de contratos, sendo a justiça um meio de *manter* os contratos.

Desde o advento do liberalismo econômico com Adam Smith que podemos ver a fragilidade imposta ao Estado para que esse não intervisse na economia. A chamada *mão invisível* smithiana nos coloca o preceito de que o mercado seria autorregulável e, portanto, não precisaria de nenhum tipo de intervenção. Dessa forma, o Estado soberano deveria ser reduzido ao mínimo possível, como explica Smith:

De acordo com o *sistema de liberdade natural*, o soberano só tem três tarefas a atender; três tarefas de grande importância, de fato, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, a tarefa de proteger a sociedade da violência e invasão de outras sociedades independentes; segundo, a tarefa de proteger, tanto quanto possível, todo membro da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro de seus membros, ou a tarefa de estabelecer uma exata administração da justiça; e terceiro, a tarefa de erigir e manter certas obras públicas e instituições públicas que nunca seria do interesse de nenhum indivíduo, ou pequeno número de indivíduos, erigir e manter, porque o lucro nunca pagaria a despesa a qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, se bem que frequentemente façam mais do que compensar para uma grande sociedade. (SMITH, 2017)

Isto quer dizer que o Estado deveria ser reduzido a três atribuições básicas:

1. Defesa – através da polícia e forças armadas.
2. Contratos – para o estabelecimento da justiça através dos contratos civis.
3. Administração – através do sistema público burocrático.

Com o surgimento do neoliberalismo no século XX, temos uma intensificação das regras do mercado sobre o poder político. Medidas de austeridade são a norma e o mercado financeiro ganha cada vez mais força. As empresas dominam o legislativo com seus lobistas e se aumentam as medidas econômicas que beneficiam o sistema bancário. O bem-estar social diminui e o Estado perde o domínio sobre as decisões socioeconômicas. A crise imposta ao Estado social pela lógica neoliberal não é recente e nem tem como causa o covid-19. O desmonte estatal já vem sendo praticado há tempos pelos governos, de maneira, que vemos como um grande cinismo o recente editorial do *Financial Times*. O contrato social foi enfraquecido por um longo tempo e agora não será fácil recuperar o poderio estatal frente os ditames do mercado. No início do século XX, Keynes foi um dos economistas que viu a falência do liberalismo e o seu “laissez-faire”, de maneira que a fórmula smithiana seria insuficiente para levar ao crescimento do Estado. Abaixo colocamos a explicação de Keynes sobre o liberalismo:

Por volta da época em que a influência de Paley e seus semelhantes estava diminuindo, as inovações de Darwin abalaram os fundamentos da fé. Nada poderia parecer mais contrário do que a antiga doutrina e a nova – a doutrina que encarava o mundo como obra do divino relojoeiro, e a doutrina que parecia extrair tudo do Acaso, do Caos e do Passado Remoto. Mas, neste ponto, as novas ideias iam ao encontro das antigas. Os economistas ensinavam que a riqueza, o

comércio e a maquinaria provinham da livre competição, e que a livre competição construía Londres. Contudo, os darwinistas puderam avançar um pouco mais – segundo eles, o próprio homem resultara da livre-concorrência. O olho humano não era mais a demonstração de um desígnio, capaz de coordenar milagrosamente e da melhor maneira todas as coisas; ele era a suprema realização do acaso, funcionando sob condições de livre concorrência e de *laissez-faire*. O princípio de sobrevivência do mais apto poderia ser encarado como uma ampla generalização da economia ricardiana. À luz desta síntese, as interferências socialistas tornaram-se não apenas ineficientes, mas ímpias, como se fossem calculadas para retardar o movimento progressivo do poderoso progresso pelo qual nós, como Afrodite, tínhamos emergido do lado primitivo do oceano. (KEYNES, 1984, p. 109-110)

O economista David Ricardo, outro grande desenvolvedor das ideias liberais, era amigo de Thomas Malthus, que teria escrito o famoso *Ensaio sobre a População*, no qual defendeu a teoria para o controle do aumento populacional e que ficou conhecida como teoria malthusiana ou *malthusianismo*. Charles Darwin foi ávido leitor de Malthus e desenvolveu suas ideias na *Origem das Espécies* baseadas na teoria malthusiana. É certa ainda a utilização de Darwin tanto na biologia, quanto na economia, o que nos faz levantar a hipótese de que a "seleção natural" continua a ser a teoria principal para pensar o fator biológico, justamente pela sua utilidade econômica. Ou seja, a sua validação na biologia nada mais é do que uma justificativa para utilizar essa teoria na economia. Segundo Dardot e Laval (2016), a leitura de Darwin influenciará Herbert Spencer a escrever em sua obra *Princípios da Biologia* a famosa expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que teria uma correspondência à expressão “seleção natural” cunhada por Darwin. Posteriormente, o próprio Darwin acrescentaria a expressão de Spencer a partir da sexta edição de *A origem das espécies*, de 1872 (DARWIN, 2018).

Convém sublinhar a virada que o pensamento de Spencer representa na história do liberalismo. O ponto decisivo que permite a passagem da lei da evolução biológica para suas consequências políticas é a prevalência na vida social da luta pela sobrevivência. Sem dúvida, a referência a Malthus ainda é muito importante em Spencer: nem todos os homens são convidados para o grande “banquete da natureza”. À essa influência, porém, somou-se a ideia de que a competição entre os indivíduos constituía para a espécie humana, que nisso é assimilável às outras espécies, o próprio princípio do progresso da humanidade. Daí a assimilação da concorrência econômica a uma luta vital geral, que é preciso deixar que se desenvolva para que a evolução não seja interrompida; daí as principais consequências que examinamos antes, em especial as que condenavam a ajuda aos mais necessitados, que deveriam ser abandonados à própria sorte. (DARDOT; LAVAL, 2016)

As teorias de Spencer aplicadas à sociedade levaram ao desenvolvimento do termo ‘darwinismo social’ para se referir a esse processo de seleção econômica análogo ao processo de seleção natural observado por Darwin na natureza. O spencerismo levou ao aprimoramento do ultra individualismo neoliberal. Mas o caso se inverte quando envolve o sistema financeiro. Assim como na crise de 2008, a atual crise causada pelo coronavírus teve consequências catastróficas para o mercado financeiro. Isso fez com que os governos emitissem dinheiro para salvar seus bancos (ACOSTA, 2020). O capitalismo é um sistema que preserva sempre o banqueiro, fazendo com que o resto da população fique refém do sistema bancário. É um pouco do "salve o rei" no antigo regime, pois o rei era o centro do modelo que dominava aquela época. Agora, no liberalismo/neoliberalismo o centro é o burguês, sendo que o principal burguês desse modelo é o banqueiro (pessoa)

representando o banco (instituição privada ou pública). Quem é o rei tanto faz, já diria Hobbes, pois o que realmente interessa é ter alguém no poder mantendo a soberania do Estado. No modelo burguês, os Estados precisam salvar o banqueiro, isto é, o ‘novo rei’ do modo de produção que vivemos. Como o Banco Central salva os bancos em geral, os banqueiros acabam assumindo novos riscos ainda mais perigosos. Ou seja, os banqueiros sabem que serão salvos em épocas de crise. Dessa forma, as crises nunca são problemas para os banqueiros, apenas para a população. Os bancos são uma espécie de intocáveis, pois são o "coração do sistema capitalista". A pergunta que fazemos é: há melhor momento para se derrubar o capitalismo senão em uma crise? Devemos salvar esse sistema? Se desejamos permanecer no capitalismo a resposta é sim. Se desejamos acabar com o capitalismo, a resposta é não. Que os bancos são o coração do sistema isso é dito por Marx. Acabar com o sistema de crédito que beneficia banqueiros através do capital fictício, conforme o livro 3 do *Capital*, é essencial para acabar com o capitalismo. Na época de Marx, o padrão ouro ainda estava em vigor e todo dinheiro era lastreado em ouro. No entanto, segundo David Harvey, Marx percebeu que

um sistema monetário baseado puramente em mercadorias-dinheiro age como uma barreira ao avanço da acumulação do capital, porque há uma quantidade limitada de dinheiro à disposição. Há um perigo claro e constante daquilo que hoje chamamos de “repressão financeira”, que ocorre quando não há dinheiro suficiente (de nenhum tipo) para fazer circular o volume crescente de mercadorias que são produzidas à medida que avança a acumulação do capital. As moedas de crédito se tornam, portanto, não só necessárias, mas cruciais para a expansão contínua do capitalismo. (HARVEY, 2014, p. 232.)

No início da pandemia, enquanto petróleo e outras commodities despencavam no mercado financeiro, o ouro se manteve em alta (ISTO É, 2020). A moeda utilizada nos Estados nacionais é baseada no sistema de crédito e, portanto, tem sua confiança nos títulos que emite, já que não é lastreada em nenhum metal. Mas em épocas de crise, se procura confiar novamente nos metais ao invés dos títulos emitidos pelo tesouro, pois, de acordo com Marx,

o crédito, sendo [...] uma forma social de riqueza, desloca o dinheiro e usurpa sua posição. É a confiança no caráter social da produção que faz com que a forma-dinheiro dos produtos apareça como algo meramente evanescente e ideal, como uma mera noção. Mas tão logo o crédito é abalado, e essa é uma fase regular e necessária no ciclo da indústria moderna, supõe-se que toda riqueza real é efetiva e repentinamente transformada em dinheiro, em ouro e prata – uma demanda insana, mas que surge necessariamente do próprio sistema. E o ouro e a prata necessários para satisfazer essa imensa demanda atingem o valor de alguns milhões no cofre do banco. (MARX, 2017, p. 708)

Mesmo não conhecendo a moeda fiduciária, Marx conseguiu prever o quanto o capitalismo precisaria se libertar da moeda-mercadoria para continuar a crescer indefinidamente, apesar de demonstrar o quanto esse crescimento exponencial seria um problema para o próprio capitalismo justamente pelo caráter usurpador do crédito. Ou seja, a moeda que não é baseada em nada além de títulos do tesouro, é uma moeda mais volúvel. Por um lado, isso possibilita um crescimento indefinido da economia, por outro lado, é um capital mais incerto e volátil, capaz de criar bolhas especulativas que podem vir a estourar a qualquer momento e causar uma crise da economia global, como o caso da crise de 2008, por exemplo. Segundo a linguagem marxiana, o crédito intensifica ainda

mais a produção do mais-valor, isto é, o valor que é produzido em cima da força de trabalho não paga. Nos *Manuscritos*, Marx dirá que

Numa sociedade que se encontra em crescente prosperidade, apenas os mais ricos entre todos podem viver do juro sobre o dinheiro. Todos os outros obrigam-se, com o seu capital, a montar um negócio ou lançá-lo no comércio. Desta maneira, a concorrência entre os capitais torna-se, portanto, maior, a concentração dos capitais torna-se maior, os grandes capitalistas levam à ruína pequenos, e uma parte dos capitalistas de outrora baixa à classe dos trabalhadores, a qual, com esta entrada, sofre, em parte, novamente uma redução do salário e cai numa dependência ainda maior dos poucos grandes capitalistas. (MARX, 2004, p. 26-27)

A sociedade capitalista é uma sociedade inerentemente desigual, o que acarretou o adoecimento do corpo político. Em nome da liberdade econômica, os liberais se apoiam em uma farsa só posta às claras com uma crise. A crise, portanto, é o princípio apenas de um problema muito mais profundo que acarretará inevitavelmente na sedição. Esse é o momento certo para se construir um novo contrato social para o bem da população. Deve ser um contrato cidadão, que respeite em primeiro lugar o povo e retire do mercado as decisões soberanas da nação. Como nos lembra Hobbes em seu *Leviathan*, o medo é um motivo legítimo para se estabelecer um contrato. O contrato social tem no capitalismo neoliberal um novo inimigo, porém mantém um velho afeto para se apoiar, sendo este o medo da morte. É sobre esse afeto que devemos agora montar os arcabouços morais que irão assegurar à população o direito básico da vida e garantir a todos uma constituição cidadã.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, utilizamos a analogia entre corpo natural e corpo político feita por Thomas Hobbes como mote principal para desenvolver uma análise contemporânea sobre o Estado e o contrato social. A pandemia de covid-19 que assola o ano de 2020, vem demonstrando, pela fragilidade dos corpos das pessoas doentes, o real problema socioeconômico que estamos vivenciando desde o advento e fortalecimento da corrente neoliberal. Da mesma maneira, a doença que se espalhou permitiu maior clareza sobre a doença que aflige o corpo político. Os governantes, ao utilizarem a receita neoliberal em seus governos, prejudicam a maior parte da população, trazendo sequelas inevitáveis. Diante da epidemia, os governos liberais se mostraram os menos eficientes, sendo obrigados a mudar sua atitude nas decisões de Estado para poder proteger a população.

A mudança perpassa por um resgate do contrato social, tomando-se medidas em prol da sociedade, acolhendo os trabalhadores e permitindo um benefício justo e cidadão para com toda a população. Isso implica na diminuição das desigualdades existentes e no repasse dos custos da crise aos mais ricos. Ao invés de salvar o sistema bancário, os governos precisam salvar a população e garantir uma vida digna para cada um. Essa seria uma proposta de ação governamental verdadeiramente livre e democrática.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Quem está lucrando com o Coronavírus? *Duplo Expresso*, 2020. Disponível em: <https://duploexpresso.com/?p=112061>. Acesso em: 12/04/2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo:

Boitempo, 2016. (Ebook)

DARWIN, C. *A origem das espécies*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HARVEY, D. *Para entender o Capital Livro 2 e 3*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOBBS, T. *Leviatã*. Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBS, T. *Os Elementos da Lei Natural e Política*. Tradução de Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ISTO É. Ouro fecha em alta, com busca por segurança no mercado ante queda do petróleo. *Isto é*, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/ouro-fecha-em-alta-com-busca-por-seguranca-no-mercado-ante-queda-do-petroleo/>. Acesso em: 22/04/2020.

KEYNES, J. M. O fim do 'laissez-faire'. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.) *Keynes (Economia)*. Tradução Miriam Moreira Leite. São Paulo: Ática, 1984, p. 106-126.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *O Capital, Crítica da Economia Política*, livro III. São Paulo, Boitempo, 2017.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

THE EDITORIAL BOARD. Virus lays bare the frailty of the social contract. *Financial Times*, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca>. Acesso em: 12/04/2020.